



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Rua Luís Vaz de Camões, nº 111 - Bairro Vila Celina  
São Carlos-SP, CEP 13566-448  
(16) 3509-2400 - <http://hu-ufscar.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23763.001285/2023-74

1. **OBJETIVO**

1.1. Selecionar propostas de patrocínio para a doação de brindes e materiais de divulgação para o I Evento de Preceptorial do HU-UFSCar.

1.2. O objetivo desta estratégia é de agregar valor, visibilidade e adesão ao evento com a utilização mínima de recursos do HU-UFSCar

2. **OBJETO**

2.1. Seleção de propostas de patrocínio, por meio de doação com encargo, de itens promocionais e de material de divulgação do evento: I Semana de Preceptorial do HU-UFSCar: Valorização e Reconhecimento do Preceptor, a ser realizada em 28 e 29 de setembro de 2023.

3. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O objetivo desta estratégia é de agregar valor, visibilidade e adesão ao evento com a utilização mínima de recursos do HU-UFSCar. Espera-se que com estes insumos seja possível tornar o evento atrativo e motivador além da possibilidade de ampliar a visibilidade para o público. Este evento contempla o Plano de Capacitação em Preceptorial, previsto pela Comissão de Preceptores do HU-UFSCar, caracterizado em um dos eixos de valorização e reconhecimento da Preceptorial como Estratégia da EBSERH para os Hospitais Universitários. Através do patrocínio na forma de **entrega de insumos**, será possível além de qualificar ações de divulgação do evento, agregar valor e fortalecer a ação desenvolvida para os colaboradores.

3.2. As doações visarão ao atendimento do interesse público e será(ão) formalizada(s) por meio de Contrato de Doação, com fundamento na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), no Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, e suas alterações, nas Instruções Normativas nº 6, de 12 de agosto de 2019, e nº 96, de 2 de outubro de 2020, observados os princípios que regem a Administração Pública, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

4. **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

4.1. As pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas em participar da seleção deverão manifestar interesse em uma ou mais das cotas descritas na Tabela 1.

4.2. A doação se dará em troca da contrapartida prevista, conforme descrito na Tabela 2.

**Tabela 1:** Descrição das cotas

Item	Descrição	Quantidade por cota	Nº máx. de cotas
1	<b>ORGANIZAÇÃO:</b> Camisetas ou jalecos em tecido, na cor preta, com silk com a Logomarca do HU-UFSCar estampado na frente e texto com o nome do evento, e silk nas costas com as logomarcas dos doadores e a inscrição "Organização" O modelo pode ser visualizado no Anexo I deste edital.	20	1
2	Kit Preceptor Inscrito: sacola, caneta, bloco, item de escritório, item alimentício	50	2
3	Brinde Palestrante: Case Notebook (ou similar), Caneta, Agenda, item alimentício	20	3
4	Brindes inscritos em palestras estratégicas: item alimentício, necessaire, caderno	50	2
5	Brindes sorteio inscritos: Cestas de alimentos, caixa de chocolates, itens de uso pessoal	20	2
6	Painel com Backdrop para evento com a 5 metros de largura e 3m de altura	1	2
7	Banners de divulgação do evento Semana de Preceptorial do HU-UFSCar (CORP-EBSERH) 1,2m de largura e 1,50m de altura	1	2
8	Faixa de divulgação do evento Semana de Preceptorial do HU-UFSCar (CORP-EBSERH) 1,8m de largura e 1m de altura	5	1
9	Painel/Estrutura para o Preceptor Tirar Foto ou interagir com a Logomarca Semana de Preceptorial do HU-UFSCar (CORP-EBSERH)	1	2
10	Itens alimentícios, de escritório ou de uso pessoal avulsos	5	20
11	Serviço de iluminação e som no evento (microfones, caixas de som, iluminação entre outros)	2	2
12	Serviço de decoração no evento (toalha para mesa dos palestrantes 5,5m x 3m) arranjo, lycras, letreiros	2	2

**Tabela 2:** Descrição das contrapartidas

Cota	Contrapartidas
<b>Doador(a)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação das logomarcas dos doadores na parte de trás da camiseta/jalecos conforme descrito no Anexo I deste edital.</li> <li>- Aplicação da logomarca nos banners e faixas oficiais instalados no local do evento sob o título: "DOADORES". Haverá 6 cotas nesta modalidade.</li> <li>- Inserção de logomarcas no rodapé dos materiais produzidos e enviados à imprensa.</li> <li>- Exposição dos materiais do doador no local do evento;</li> <li>- Divulgação nas redes sociais do HU-UFSCar (@huufscar) e no site <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufscar">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufscar</a></li> </ul>

4.3. Caso o número de doadores seja inferior a 50% do total de cotas disponibilizadas, será priorizada a doação do item 2 da Tabela 1. Neste caso, os doadores serão contatados pela equipe de organização para sugerir a mudança ou adaptação de cota.

5. **RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. Na hipótese de haver mais de uma proposta com equivalência de especificações que atendam ao item 4, a escolha será feita por meio de sorteio realizado em sessão pública.

5.2. O Grupo de Trabalho responsável pela organização do evento pode solicitar informações complementares que julgar necessárias.

5.3. O resultado da análise das propostas será divulgado no dia **11 de setembro de 2023** na página de Chamamentos Públicos no site do HU-UFSCar (<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufscar/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/chamamento-publico/2023-2> ).

5.4. As doações referentes aos itens da tabela 1, deverão ser entregues até o dia 25 de setembro de 2023, aos cuidados do Setor de Gestão de Ensino, na Portaria Sul, situada à Rua Luiz Vaz de Camões 111, bairro Vila Celina, São Carlos/SP, CEP 13566-448, telefone: (16) 3509-2400.

5.5. Pedidos de prorrogação do mencionado prazo, deverão ser encaminhados tempestiva e justificadamente para o e-mail [elaine.gomes@ebserh.gov.br](mailto:elaine.gomes@ebserh.gov.br).

6. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar do processo de seleção as pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas que atendam aos seguintes requisitos:

6.1.1. Estar ciente e concordar com as condições contidas neste Edital de Seleção e seus anexos;

6.1.2. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.1.3. Observar a vedação de celebrar convênio com dirigente de partido político, titular de mandato eletivo, empregado ou administrador da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas.

6.2. Nos termos do art. 69 do RLCE 2.0, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

6.2.1. suspensa no âmbito da Rede Ebserh;

6.2.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

6.2.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

6.2.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.2.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

6.2.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.2.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

6.2.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

6.2.9. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

6.2.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

6.3. Aplica-se a vedação prevista no item 6.2:

6.3.1. à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

6.3.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

6.3.3. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

6.3.4. empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

6.3.5. autoridade do Ministério da Educação;

6.3.6. autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

6.3.7. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

6.4. A vedação prevista no item 6.2 também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.5. A aplicação das vedações previstas deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.6. Em cumprimento ao art. 23, do Decreto n.º 9.764/2019, será vedada a participação de doador pessoa física ou jurídica nas seguintes situações:

6.6.1. quando o doador for pessoa física condenada por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública;

6.6.2. quando o doador for pessoa jurídica:

6.6.3. declarada inidônea;

6.6.4. suspensa ou impedida de contratar com a administração pública; ou

6.6.5. que tenha:

6.6.6. sócio majoritário condenado por ato de improbidade administrativa;

6.6.7. condenação pelo cometimento de ato de improbidade administrativa; ou

6.6.8. condenação definitiva pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos do disposto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

6.6.9. quando a doação caracterizar conflito de interesses;

6.6.10. quando a doação gerar obrigação futura de contratação para fornecimento de bens, insumos e peças de marca exclusiva ou de serviços por inexigibilidade de licitação;

6.6.11. quando a doação puder gerar despesas adicionais, presentes ou futuras, certas ou potenciais, tais como de responsabilidade subsidiária, recuperação de bens e outras, que venham a torná-las antieconômicas;

6.6.12. quando o doador for pessoa jurídica e estiver em débito com a seguridade social, nos termos do disposto no [§ 3º do art. 195 da Constituição](#); e

6.6.13. quando o ônus ou o encargo exigido for desproporcional ao bem ou ao serviço oferecido em doação, de modo a tornar a doação desvantajosa à administração pública.

6.7. Os impedimentos de que tratam os itens acima serão aplicados à pessoa física ou jurídica independentemente do trânsito em julgado para produção de efeitos, desde que haja decisão judicial válida nesse sentido que não tenha sido suspensa ou cassada por outra.

6.8. Além das vedações previstas no art. 23 do Decreto nº 9.764, de 2019, fica vedado o recebimento de doações que caracterizem conflito de interesses, como:

6.8.1. que visem à promoção de candidatos, autoridades ou partidos políticos;

- 6.8.2. em pecúnia, ressalvados os casos previstos em lei;
- 6.8.3. direcionadas a agente público específico;
- 6.8.4. cujo objeto seja ilícito;
- 6.8.5. cujo órgão ou entidade donatário seja responsável pela fiscalização da atividade do doador; ou
- 6.8.6. que atentem contra os princípios da administração pública.
- 6.9. Casos em que restem dúvida quanto à existência de conflito de interesse serão dirimidos pela Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
- 6.10. Em atendimento ao art. 17 do Decreto nº 9.764/2020, os doadores precisarão apresentar as seguintes informações para efetivar as doações:
- 6.10.1. a identificação do doador;
- 6.10.2. a indicação do donatário, quando for o caso;
- 6.10.3. a descrição, as condições, as especificações e os quantitativos dos bens móveis ou dos serviços e outras características necessárias à definição do objeto da doação;
- 6.10.4. o valor de mercado atualizado dos bens móveis ou dos serviços ofertado;
- 6.10.5. declaração do doador da propriedade do bem móvel a ser doado;
- 6.10.6. declaração do doador de que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação aos bens móveis a serem doados;
- 6.10.7. localização dos bens móveis ou do local de prestação dos serviços, caso aplicável;
- 6.10.8. fotos dos bens móveis, caso aplicável; e
- 6.10.9. descrição do ônus ou encargo, caso aplicável.
- 6.11. Será feita uma análise prévia do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude, por parte da instituição beneficiada, e da existência de controles e políticas de integridade na instituição;
- 6.12. Será verificado o enquadramento dos fornecedores como parte relacionada para o fim de aplicação da [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas), disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>.
- 6.13. Ao participar desta seleção, o interessado declara estar ciente de que deve observar o [Código de Ética e Conduta da rede Ebserh](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade), disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade>.
- 6.14. Para a verificação das condições de participação das pessoas físicas ou jurídicas, será observado o disposto no art. 24, do Decreto nº 9.764/2019:
- Art. 24. Na hipótese de haver doação sem ônus ou encargos, fica vedada a utilização de bens móveis e dos serviços doados para fins publicitários, sendo, contudo, autorizada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.314, de 2020\)](#)
- a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador; e
- menção nominal ao doador pelo donatário no sítio eletrônico do órgão ou da entidade da administração pública direta, autárquica e fundacional, quando se tratar de auxílio a programa ou a projeto de governo.
- Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do **caput**, a divulgação será realizada na página do sítio eletrônico relacionada ao programa ou ao projeto auxiliado.
7. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 7.1. O contrato de patrocínio será válido até a realização do evento, que se encerrará no dia 29 de setembro de 2023.
8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 8.1. Compete aos partícipes classificados nas cotas, a doação dos materiais conforme especificações e na data limite para a entrega dos bens no HU-UFSCar.
9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 9.1. Compete ao HU-UFSCar a realização da contrapartida elencada na Tabela 2.
10. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**
- 10.1. Não há sanções por se tratar de contrato de doação.
11. **QUALIFICAÇÕES**
- 11.1. Os documentos apresentados serão analisados e julgados pelo Grupo de Trabalho constituído para a realização do evento, que é responsável pela organização e execução do evento, conforme disposto na Portaria nº 172, de 04 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 347, de 04 de julho de 2023.
- 11.2. Os interessados deverão encaminhar a documentação, **exclusivamente** por meio eletrônico, através do e-mail [elaine.gomes@ebserh.gov.br](mailto:elaine.gomes@ebserh.gov.br), até o dia 06/09/2023.
- 11.3. Será verificada a conformidade das propostas quanto à adequação e à compatibilidade do objeto solicitado.
- 11.4. Será desclassificada:
- 11.4.1. A proposta que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou em seus anexos;
- 11.4.2. A proposta que não apresentar conformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 11.4.3. A empresa que estiver relacionada à comercialização de produtos nocivos à saúde ou à divulgação de materiais que remetam a assuntos políticos e religiosos;
- 11.4.4. A empresa que manifestar interesse em desistir da cota, respeitando o período descrito no item 5.4.
- 11.4.5. Na hipótese de haver mais de uma proposta com equivalência de especificações, a escolha será feita por meio de sorteio realizado em sessão pública.
- 11.5. A habilitação dos interessados se dará pelo atendimento, durante o prazo de seleção e habilitação, dos seguintes requisitos:
- 11.5.1. Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz, conforme modelo apresentado;
- 11.5.2. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitar com a Ebserh, conforme modelo apresentado;
- 11.5.3. Declaração de Inexistência de dirigente de partido político, titular de mandato eletivo, empregado ou administrador da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas, conforme modelo apresentado no Anexo do Edital, em conformidade com art. 189, inciso XI do RLCE 2.0.

- 11.5.4. Declaração de Existência de Controles e Política de Integridade na instituição e de Inexistência de histórico de envolvimento com corrupção ou fraude, por parte da instituição beneficiada, conforme modelo apresentado no Anexo do Edital, em conformidade com art. 189, inciso X do RLCE 2.0.
- 11.6. Por mais, em análise prévia do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude, por parte da instituição beneficiada, e da existência de controles e políticas de integridade na instituição, consultará os partícipes por meio do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 11.7. Em observância do art. 189, inciso VIII do RLCE 2.0, os partícipes apresentar:
- 11.7.1. Cópia do documento pessoal do sócio, caso seja Pessoa Jurídica e seja o representante da empresa;
- 11.7.2. Cópia do documento pessoal, caso seja pessoa física;
- 11.7.3. Atos constitutivos do Partícipe;
- 11.8. Caso necessite constituir um procurador, deve-se apresentar uma procuração pública ou particular com firma reconhecida com entrega da respectiva cópia.
- 11.9. Também será verificado o enquadramento dos partícipes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3\\_of\\_Politica\\_Transacoes\\_Parties\\_Relacionadas\\_aprovada.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Parties_Relacionadas_aprovada.pdf), em conformidade com art. 189, inciso IX, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.
- 11.10. Serão desclassificados os interessados que não apresentarem a documentação exigida neste item.
12. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 12.1. Não serão aceitas as inscrições que forem encaminhadas fora do prazo e por meio diferente do especificado neste edital.
- 12.2. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo e-mail [elaine.gomes@ebserh.gov.br](mailto:elaine.gomes@ebserh.gov.br).
- 12.3. O pagamento dos produtos a serem doados deverá ser realizado diretamente pelo(a) doador(a) ficando o HU-UFSCar/Ebserh isento de qualquer responsabilidade financeira com o cumprimento de acordos comerciais firmados com quaisquer fornecedores.
- 12.4. No banner de exposição do(a) doador(a), contrapartida prevista na Tabela 2 deste edital, somente serão permitidas propagandas institucionais. Deverão ser observados os seguintes aspectos:
- 12.5. É vedada a publicidade de agrotóxicos, de produtos religiosos ou político-partidária.
- 12.6. Não poderá haver incentivo a hábitos que possam causar problemas de saúde como o fumo, ingestão de alimentos ultraprocessados e bebidas alcoólicas.
- 12.7. Não será permitida a propaganda de serviços ou produtos não compatíveis com a finalidade do HU-UFSCar/Ebserh: promoção e recuperação da saúde.
13. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 13.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- 13.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:
- Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:
- (...)
- II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- 13.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:
- Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:
- disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
- acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.
- Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.
- 13.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:
- Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:
- adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;
- relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.
- 13.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:
- Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

13.6.           Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

13.7.           O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

14.           **ANEXOS**

14.1.           ANEXO I - Modelo de Camiseta Organização.

14.2.           ANEXO II - Arte para brindes.

**ANEXO I - MODELO DE CAMISETA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO**

**ANEXO II - ARTE PARA BRINDES**

Sacola Ecológica, 35 x 40 cm, em material 100% Algodão Crú 180 gramas, Costura interna tripla, Alça trançada 100% algodão de alta resistência. Silkada com o logo do HU-UFSCar/EBSERH e empresa patrocinadora



Logo empresa e Logo HU-UFSCar



Caneta ecológica de papelão com detalhes em plástico translúcido. Aciona por clique, carga esferográfica na cor azul. Tamanho total aproximado: Largura : 1,3 cm Comprimento : 13,6 cm. Personalização em Tampografia com logotipo HU- UFSCar/ EBSEH e empresa patrocinadora.



Logo empresa e Logo HU-UFSCar



Case notebook, na cor preta, em neoprene, com alça, Silkada com o logo do HU-UFSCar/ EBSEH e empresa patrocinadora



Logo empresa e Logo HU-UFSCar



Necessaire em plástico, medindo 19 x 12, Silkada com o logo do HU-UFSCar/ EBSEH e empresa patrocinadora





Logo empresa e Logo HU-UFSCar



(Assinatura eletrônica)

**Letícia Pancieri**

Setor de Gestão do Ensino  
Gerência de Ensino e Pesquisa  
HU-UFSCar/EBSERH

(Assinatura eletrônica)

**Daniela Brassolatti**

Chefe da Unidade de E-saúde  
HU-UFSCar/EBSERH

(Assinatura eletrônica)

**Andréia Cristina da Silva Jordão Emerenciano Pontes**  
Chefe da Unidade de Serviços Gerais

(Assinatura eletrônica)

**Anik Coelho Espara**

Analista Administrativo Relações Públicas

De acordo.

Encaminha-se para o Setor de Administração para prosseguimento.

Solange Alves de Melo

Gerente Administrativo

(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Cristina da Silva Jordão Emerenciano Pontes, Chefe de Unidade**, em 24/08/2023, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Solange Alves de Melo, Gerente**, em 24/08/2023, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Brassolatti, Chefe de Unidade**, em 25/08/2023, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anik Coelho Espara, Analista Administrativo**, em 25/08/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Pancieri, Chefe de Setor**, em 25/08/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **32361725** e o código CRC **B59A92DF**.

---

**Referência:** Processo nº 23763.001285/2023-74 SEI nº 32361725